

POLÍTICA EXTERIOR NA AMÉRICA DO SUL

RESPONSABILIDADE DE DIPLOMATAS DE CARREIRA OU DE POLÍTICOS?

Rui Tavares Maluf¹

Resumo

A presente nota técnica de pesquisa destaca e analisa o perfil dos ministros das Relações Exteriores dos Países da América do Sul a partir da mais recente redemocratização de cada um, tendo por base os dados coletados para a pesquisa mais geral e em andamento a qual se propõe a analisar as relações internacionais no Continente e o regime democrático nesses países, levando em conta os atores institucionais oficiais e o desenvolvimento organizacional dos Ministérios das Relações Exteriores.

PALAVRAS-CHAVES: América do Sul; Ministros das Relações Exteriores; Perfil; Diplomata; Político; Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Equador; Guiana; Paraguai; Peru; Suriname; Uruguai; Venezuela.

1. INTRODUÇÃO

A nota técnica que ora divulgo tem a fundamentá-la pesquisa que desenvolvo sobre o campo das relações internacionais entre os Países da América do Sul nos regimes democráticos mais recentes desse Continente e na qual me proponho como objetivo principal a verificar o grau e a qualidade da cooperação efetiva entre os países do Continente e o papel do regime democrático para que a mesma se desenvolva. Para alcançar esse objetivo, pretendo apresentar as condições políticas e institucionais em que tais relações se desenvolvem, tendo por base os principais atores oficiais (chefes de

¹ Rui Tavares Maluf é doutor em ciência política (USP, 2006), mestre em ciência política (UNICAMP, 1993), professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) e diretor de Processo & Decisão Consultoria Política e Assessoria Empresarial. A pesquisa que origina a presente nota é suportada com recursos próprios do autor.

governo e ministros das relações exteriores²) bem assim a evolução organizacional do setor de relações exteriores desses estados. Não obstante, tal resposta estará estribada na matéria prima que a informa, a qual, por seu turno, procura identificar qual é (se é que exista um especificamente) o padrão de recrutamento dos condutores de tais políticas (sejam eles provenientes de um ambiente político e partidário, como da carreira diplomática oficial³, e/ou equilibrado nas duas dimensões), com a preocupação de fundo a orientar esse empreendimento que é o de obter conhecimento sobre o grau de associação entre regime democrático e cooperação internacional. Assim sendo, me proponho no presente espaço a divulgar e analisar alguns dos resultados provisórios dessa pesquisa e sobre os mesmos refletir, resultados estes que se materializam na sistematização de dados individuais dos ministros das relações exteriores da fase democrática mais recente de cada país, permitindo assim a formação de um perfil⁴. A dificuldade na obtenção de informações seguras para utilização da pesquisa, haja vista que os ministérios das relações exteriores do Continente carecem quase invariavelmente de uma boa manutenção de dados sobre suas antigas autoridades⁵, indica por si só o interesse dessa iniciativa para permitir uma base sólida para reflexões e análises que assegurem o desenvolvimento de trabalhos de natureza teórica aos interessados. Mas além da dificuldade em coligir os dados sobre os ministros, sua relevância para a pesquisa está na expectativa de que as características pessoais e agregadas desses atores institucionais explicam em boa medida as possibilidades de cooperação e a contribuição para o regime democrático. Embora uma iniciativa da natureza aqui proposta não possa prescindir de referências conceituais e teóricas, assinalo que a pesquisa tem caráter empírico, tendo a justificá-la

² Ministros da Defesa e os comandantes das três forças armadas (antes da criação deste ministério) também são atores relevantes em vários países do Continente, mas não constituem objeto de investigação desta pesquisa e nem do presente artigo. Em tempos mais recentes, ministros das pastas ligadas à economia fazendária e ao comércio exterior também, embora, em alguns casos tais órgãos estejam ligados ao ministério das Relações Exteriores.

³ Carreira diplomática oficial é aquela desenvolvida no interior do Ministério responsável pela Política Exterior do País, tenha o indivíduo ingressado mediante concurso público e/ou por livre nomeação, mas permanecido ligado a maior parte de sua vida ativa a esta estrutura.

⁴ A parte da pesquisa sobre a estrutura organizacional ainda se encontra na fase de levantamento de dados para alguns países.

⁵ Embora o primeiro caminho a ser percorrido na coleta de informação tenha sido o das bibliotecas, centros de documentação dos Ministérios das Relações Exteriores, e entidades internacionais, esta inclui as publicações periódicas como os principais jornais e revistas de assuntos gerais desses países, os quais leio regularmente, tomando grande cuidados com o que poderia ser aproveitado. Desse modo, parte das referências bibliográficas registradas ao final do artigo quer dizer obras lidas e consultadas, mas não necessariamente que as informações tenham sido extraídas ou mesmo aproveitadas.

minha interpretação de que o campo teórico nas ciências sociais sempre terá sua matéria-prima nos processos reais tais como estes efetivamente acontecem.

2. Aspectos Conceituais e Teóricos

Toda e qualquer pesquisa que se ocupe em conhecer as relações internacionais no âmbito da América do Sul nas mais recentes democracias de cada um dos seus 12 países deverá levar em conta ao menos quatro aspectos que podem impactar em maior ou menor medida nos relacionamentos: 1) o tempo de independência bem distinto de ao menos dois deles frente ao restante do grupo e, exatamente os dois menores países da região em extensão territorial, população e economia (Guiana e Suriname)⁶; 2) ter presente a desigualdade na fase inicial da mais recente democracia desses países, uma vez que há momentos em que os governantes de alguns destes aqui pesquisados conviveram com colegas que governavam países sob uma ordem nitidamente autoritária e militar ou de uma democracia desvalorizada pela força política governante, o que provocou consequências nas relações bilaterais de alguns⁷ ou mesmo multilaterais; 3) alternância de partidos e coalizões nos governos nacionais, alterando (ou não) as orientações das respectivas políticas externas; e, 4) por último, mas relacionado aos dois primeiros aspectos atrás mencionados, os países no período em tela herdaram algumas entidades regionais e supra-regionais com variados formatos, objetivos e força, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), Aliança Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Comunidade dos Países Andinos, bem como geraram entidades a partir dos novos regimes democráticos as quais poderão eclipsar as anteriores (é o caso do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, e a União dos Países Sul-Americanos – UNASUL), ou até mesmo revigorá-las. Por sua vez, a existência de novas entidades, como Mercosul e Unasul, pode produzir efeitos razoavelmente importantes nas

⁶ Creio ser fácil de compreender que as condições de institucionalização da vida política entre as quais a diversificação dos interesses dos atores, associada ao desenvolvimento das instituições públicas, econômico e social, passam em alguma medida pelos anos que cada um contou para o enraizamento de algumas de suas características.

⁷ Em abril de 1964, o governo da Venezuela, presidido por Raul Leoni, cortou relações diplomáticas com o do Brasil devido ao golpe de estado que derrubou o presidente João Goulart. Dois anos e cinco meses depois, o mesmo presidente Leoni reatou as relações com o Brasil, ainda que o regime continuasse autoritário e governado pelo mesmo militar da época da ruptura, a saber, o Marechal Humberto Castelo Branco.

relações bilaterais entre os países do Continente e destes com suas relações antigas com EUA, França, Grã-Bretanha etc.⁸.

Tendo feito tais esclarecimentos, trato de justificar a relevância do conhecimento do perfil para o estudo das relações internacionais como sendo passo recomendável para quaisquer que venham a ser as teorias esposadas, teorias estas que repousam sob um largo espectro⁹ uma vez que a teorização no campo científico, e não é diferente nas ciências sociais, precisa ter o empírico em perspectiva. É certo, porém, que para um perfil de atores individuais ser útil para o trabalho teórico este precisa dispor de categorias claras, consistentes, que possam ser amplamente reconhecíveis. Como também é prudente reconhecer que ao definir o principal objeto desse perfil como sendo o do conjunto dos ministros das Relações Exteriores dos países do Continente e dos chefes de governo no mais recente período democrático de cada um, assumo como pressuposto o peso da instituição pública estatal e dentro desta a de um dos principais atores a dispor legalmente da atribuição de executar a política de relações exteriores, isto é, dos ministros, ou se for preferível, dos indivíduos que se encarregam desse conjunto de atribuições. Um ponto de partida assim delineado não é neutro conceitualmente nem teoricamente, o que significa dizer que o mesmo pode não ser um recurso integralmente válido para aqueles estudiosos esposando a teoria de uma sociedade internacional que passa por cima dos estados, relegando-os à condição de um ator de menor relevância. Mas a despeito da força explicativa reconhecível para um ou outro campo, creio na possibilidade de o mesmo estudo servir à comunidade acadêmica de forma geral.

A despeito de qual tenha sido o momento de redemocratização dos países da América do Sul, há aspectos bem próximos uns dos outros quanto aos compromissos assumidos pelas novas autoridades, a saber: assegurar a institucionalização do regime democrático, o desenvolvimento econômico e social e a soberania nacional¹⁰. Ainda que tais bandeiras possam ser vagas

⁸ Especialmente sobre a redução das relações bilaterais do Brasil em prol das multilaterais vide CERVO e BUENO; 2008, páginas 477-494.

⁹ Considerando que as teorias liberal e realista se constituem, talvez, nos grandes pólos de atração de tantas outras que se desenvolveram.

¹⁰ A depender do momento e do país em questão a soberania nacional pode ser entendida como a repactuação das relações internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os países desenvolvidos, principais responsáveis pelo financiamento e capacidade de pressão sobre o processo decisório dos países recém democratizados. Ou pode ser visto como uma questão de vizinhança. Por exemplo: quando Fernando Lugo foi eleito

(apresentando variações importantes em alguns desses países) e convivam até mesmo com interpretações contraditórias, apontam em linhas gerais para uma direção razoavelmente discernível.

Constatar a existência de democracias por si só é insuficiente para assegurar que tais regimes persigam a cooperação invariavelmente. Conflitos¹¹ ocorrem apresentando diferentes graus de complexidades e intensidades, especialmente ao se levar em conta a América do Sul na qual seus sistemas políticos alternaram vários governos democráticos com autoritários ao longo de suas existências chegando mesmo ao enfrentamento armado por razões territoriais entre vizinhos em mais de um momento. Assim sendo, a pesquisa em desenvolvimento pode dar margem ao interesse dos vários matizes teóricos, a despeito das ressalvas que já havia feito anteriormente¹². Portanto, identificar um ou mais padrões de ministros das relações exteriores, bem como os governantes com os quais trabalharam, além dos recursos oferecidos por suas estruturas organizacionais, ajudará a desnudar as possibilidades de cooperação e as limitações como poderá dar azo a que mais de uma teoria se valha destas experiências para verificar suas hipóteses.

Mas se os conflitos persistem na América do Sul, os mais extremados foram rapidamente atenuados ou mesmo quase solucionados em consequência da vigência dos mais recentes regimes democráticos valendo-se estes de um conjunto de chefes de governo e ministros das relações exteriores que valorizaram o discurso da paz, da cooperação e, conseqüentemente, da democracia política. E, também, na medida em que algumas entidades econômicas e políticas foram se desenvolvendo com o advento desses mesmos regimes, tais como os já mencionados Mercosul e Unasul, enquanto algumas das antigas entidades foram sendo revitalizadas. Mais do que isso, quando alguns governantes se desviam do discurso democrático, a oposição e

presidente do Paraguai, em abril de 2008, o discurso de sua força política considerava o problema dos agricultores brasileiros (“brasiguaios”) vivendo neste país como um problema para assegurar tal soberania. A presença desse contingente, com razoável riqueza econômica e situando-se geograficamente em área próxima a fronteira com o Brasil, minaria as condições de soberania do Paraguai. No início de 2012, quando a presente nota técnica era revisada, a tensão voltou a subir na referida temática.

¹¹ Sempre que me refiro a conflito estou pensando em uma oposição recorrente e/ou de média ou longa duração e com razoável intensidade frente a um ou mais assuntos envolvendo relacionamentos bilaterais ou multilaterais.

¹² A existência de conflitos na América do Sul mesmo entre governos formalmente democráticos poderia dar força aos argumentos dos adeptos do Realismo e do Neo Realismo para os quais a anarquia internacional é um elemento constante o qual dá ensejo a concepções de segurança ou de cooperação provisória e/ou motivada por alianças estratégicas. Para maiores esclarecimentos das variações por vezes sutis entre tais correntes ver JACKSON & SORENSEN:2007, páginas 59 a 100.

a sociedade organizada, frutos de uma sociedade aberta e livre, tendem a repor ou limitar as tentações contrárias à democracia¹³. Aceitando que as principais entidades existentes no Continente ainda careçam de tradição e não disponham de soberania sobre cada um dos países integrantes, estas vão aos poucos se erigindo como um espaço de articulação política, cooperação e moral entre seus membros.

Mas, é forçoso reconhecer importantes limitações para a cooperação em países da América do Sul, uma vez que alguns governantes contemporâneos e também setores sociais de várias dessas nações não demonstram apreço pelo regime democrático representativo atacando-o com dizeres baseados em bandeiras socialistas do século passado erguidas por correntes socialistas ou por populistas (o caso mais emblemático é o da Venezuela sob a presidência de Hugo Chávez, mas não ficam distantes os chefes de governo da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Correa). Tais acusações alegam que o poder do estado refletia, até o momento em que eles foram eleitos, as relações de poder na sociedade dentro das quais uma classe social domina as demais em seu proveito e as relações internacionais se processam sob a mesma lógica. Os estados mais fortes, controlados por uma classe social burguesa ainda mais poderosa que as dos países da América do Sul e de outros Continentes estariam a tirar o máximo de proveito destas sociedades¹⁴. E nisso tudo se encontrariam os órgãos de comunicação internacionais e nacionais, os quais serviriam de forma irrestrita aos seus interesses. Sem falar nos Estados Unidos da América que é denominado como *O Império*.

Até que ponto é possível reconhecer nos casos aqui citados que o perfil dos ministros sendo mais ou menos político, ou mais ou menos profissional e pertencente a uma burocracia diplomática, ajude a explicar os momentos de conflito e de cooperação? Se tais países por meio de seus ministros buscam por um poder moderador, ou um árbitro, quando há conflitos que não são solucionáveis de forma direta, preserva-se, ainda assim, uma visão dos que acreditam nas soluções pacíficas das controvérsias. E os governos

¹³ Está visão otimista das relações internacionais no Continente está mais inclinada para liberalismo contemporâneo o qual, por seu turno, tem mais de uma corrente, como o sociológico e a interdependência dos estados. Para uma abalizada exposição dessas e outras vertentes ver JACKSON e SORENSEN (2003, páginas 62-69 e 151-193).

¹⁴ Tal raciocínio tem de ter como pressuposto o entendimento de que suas sociedades eram estáticas, desprovidas de qualquer dinâmica social e de medidas governamentais anteriores à chegada deles e, assim, impedindo qualquer alteração.

democráticos são o único espaço a permitir a construção de entidades que se prestem a esse fim como é o exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou em casos de crime e conflitos correlatos do Tribunal Penal Internacional (TPI). É o que se observou, a partir de 2007 no conflito entre a Argentina e o Uruguai, devido a construção de uma Usina de Papel pela empresa finlandesa Botnia no território uruguaio à beira do rio da Prata (*vide página seguinte*)¹⁵. Por mais que instituições internacionais globais e regionais com diferentes finalidades tenham sido forjadas com diferentes escopos a partir do final da Segunda Guerra Mundial no século XX, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Européia, Mercosul, União dos Países Sul Americanos (UNASUL), Associação Econômica dos Países do Pacífico (APEC), Unctad, outros blocos econômicos, bem como o Tribunal Penal Internacional (TPI) etc., os estados dificilmente acatam orientações e mesmo vetos, especialmente os mais fortes econômica e militarmente se estes ferirem seus interesses mais caros à exceção de quando tais organismos conseguem eventualmente mobilizar a força para fazer valer uma decisão.

Na América do Sul, os governos mais recentes originados do voto popular já experimentaram em um breve lapso de tempo um expressivo número de conflitos que os levou até mesmo a uma breve luta armada em 1995 (Equador contra o Peru nos anos 90), ao ensaio de outra (Colômbia, contra Equador e Venezuela em 2008 e 2009), bem como um conflito diplomático e popular desgastante a envolver Argentina versus Uruguai em 2007¹⁶, ainda e quando se possa de saída nesse debate se contestar que o Peru fosse um regime democrático devido ao golpe desferido em 1992 pelo então presidente Alberto Fujimori sobre as instituições de seu país em clara afronta à constituição.

¹⁵ Uma corrente da teoria liberal democrática, baseada no pensamento do filósofo Immanuel Kant exposto em *A Paz Perpétua: um projeto filosófico* (KANT, 1995), assinala que países democráticos não guerreiam entre si, porque na medida em que a opinião pública conta no processo decisório governamental, a tendência é de que esta se oponha sempre às medidas extremas. Isto não significa que tal opinião se constitua *a priori* na manifestação de um ideal democrático, mas sim o resultado de outras condições essenciais para a vigência do regime democrático como são o livre fluxo de informações a permitir aos diversos setores dessas sociedades nacionais compreenderem as desvantagens das soluções pelo uso da força.

¹⁶ O conflito se originou quando o governo do Uruguai autorizou a construção de uma Usina de papel celulose pela empresa finlandesa Botnia às margens do rio da Prata, o qual tem uso compartilhado pelos dois países a partir de um tratado firmado por ambos. A despeito do forte movimento popular de resistência do lado argentino que alega sérias conseqüências ambientais, e do apoio do governo argentino à sua manifestação, o governo uruguaio manteve o projeto. O TPI arbitrou o conflito e emitiu seu parecer final em abril de 2010, favorável ao Uruguai, relatando que as informações prestadas e as medidas tomadas pelo governo oriental para mitigar eventuais conseqüências danosas eram suficientes para permitir seu funcionamento.

2.1. As Características próprias do Continente

Os países da América do Sul, como em certa medida também os da Central e da América do Norte, apresentam em comum a condição de pertencerem ao chamado Novo Mundo; de terem sido forjados como colônias das antigas potências européias, as quais se alternaram em importância no cenário mundial desde o final do século XV, colônias estas que se erigiram com a emigração de suas populações metropolitanas e de outras européias em terras previamente habitadas por povos nativos, combinada à mão de obra escrava trazida da África. Portugal e Espanha primeiramente, e depois França, Grã-Bretanha, e Holanda, esta última com um pouco menos de expressão numérica. Na América do Sul, as nações se tornaram independentes em sua quase totalidade na primeira metade do século XIX das potências européias mais antigas (Portugal e Espanha), enquanto a Guiana e o Suriname, as duas nações independentes mais recentes, eram colônias oriundas das potências que sucederam às duas primeiras (Grã-Bretanha e Holanda), restando uma única porção de território ligada a uma nação européia, a França, cujos habitantes não apresentam qualquer movimento de independência (o departamento de ultramar da Guiana, conhecido como Guiana Francesa). Um largo tempo da formação desses países foi consumido em conflitos que levaram à separação das primeiras entidades formadas, instabilidade política interna com guerras civis, guerras entre as novas nações e redefinição de fronteiras. A diferença institucional mais proeminente entre os novos estados se deu com o Brasil, o único de origem portuguesa, que adotou o regime monárquico, o qual perdurou por 67 anos (1822-1889) em dois impérios entremeados por um período regencial (1831-1840/41). Os países do Continente se formaram mantendo relações desiguais com os povos nativos da região, ainda que juridicamente estes já fossem tratados como cidadãos com os mesmos direitos pelos novos estados. Ademais, países como o Brasil, mantiveram a mão de obra escrava dos africanos e descendentes até quase o final do século XIX (1888), situação esta que manteve uma forte desigualdade social e econômica nos anos que se seguiram à libertação com fortes implicações para o funcionamento do sistema político. Tais desigualdades propiciaram em alguns países a formação de um discurso político que levou

novas gerações de políticos ao poder com compromissos de assegurar a integração de tais segmentos da população (caso da Colômbia), ou mesmo de dar-lhes uma quase primazia (caso da Bolívia) com tons que para alguns são considerados racistas. Estas disputas políticas internas geram algum reflexo em outros países.

A despeito da instabilidade política e da fragilidade do regime democrático na totalidade dos países sul-americanos, ao menos para os maiores dentre os 12, seria lícito esperar que o estado nacional apresentasse alguma institucionalização a qual pressupõe a formação de alguns quadros profissionais de carreira. Em consequência da característica de a política internacional tender para algo mais distante da influência regular dos partidos políticos, seria factível que esta área fosse conduzida por profissionais e/ou figuras intermediárias com atuação na área internacional. Ademais, erros cometidos por autoridades nesta área podem ter custos muito altos para a própria política interna e os benefícios podem não acarretar tantos dividendos para os políticos¹⁷.

2.2. O re(início) das democracias na América do Sul

Das características próprias e comuns ao conjunto do Continente, passo a seguir para as que são peculiares de cada um dos seus membros. A identificação da fase inicial da redemocratização mais recente de cada país é o passo inicial. Estou ciente de que o critério para tal definição é polêmico, como o é igualmente o reconhecimento da continuidade democrática em certos países¹⁸. Seria o marco inicial da democracia uma eleição popular livre para a chefia de governo reconhecida como tal por observadores domésticos e internacionais? Seria este a convocação, eleição popular, e elaboração de uma Assembléia Nacional Constituinte e independente do Poder Legislativo

¹⁷ Nem sempre os especialistas em política internacional aceitaram a tese de que a política doméstica, nacional, influencia regularmente a política externa nos regimes democráticos.

¹⁸ Como já havia mencionado, o Peru da maior parte dos governos de Fujimori poderia ser classificado como um regime autoritário, e a Venezuela de forma progressiva desde a chegada do coronel Hugo Chavez à Presidência em fevereiro de 1999. Não obstante, no caso do Peru, o próprio Fujimori só se manteve no governo com eleições, eleições essas que não foram consideradas fraudadas (a despeito da constatação de irregularidades) e, ainda, a imprensa tradicional continuou existindo e fazendo duras críticas ao seu mandato. Na Venezuela continua havendo eleições nas quais os partidos tradicionais continuam disputando, mesmo que o respeito aos seus resultados seja dificilmente observado para os cargos subnacionais nos quais as oposições foram vitoriosas. Como é fato indiscutível que há perseguição à imprensa e à oposição. Todavia, prefiro dizer que Fujimori e Chávez se constituem na expressão de duas forças políticas autoritárias em regimes democráticos por eles fragilizados. Reconheço, no entanto, que a Venezuela se situa muito próxima de um regime integralmente autoritário.

estabelecido? Ou a promulgação de uma Constituição livremente elaborada? Ou, ainda, o conteúdo de uma Constituição promulgada, especificamente quanto às claras garantias sobre direitos civis e políticos mínimos para seu povo, como, por exemplo, necessidade de amparo judicial para efetuar prisões em casos de crimes comuns, liberdade de pensamento, de organização, imprensa livre, direito de greve, pluralismo partidário? Ou, finalmente, a assunção de um governo civil não representante da ordem autoritária anterior? Enfim, há muitas questões a merecerem a atenção. Contudo, eu preferi adotar as que foram reconhecidas de forma consensual por cada país, com a exceção do Brasil no qual estabeleci o ano de 1985, com a assunção do governo da Nova República, embora não poucos analistas (mormente dos constitucionalistas) entendem que o marco é a promulgação da Constituição em outubro de 1988.

A distribuição temporal da redemocratização no Continente se dá com dois países na década de 50, um na de 60, dois na de 70, e sete na de 80 (*vide tabela 1*). A Colômbia é a nação que apresenta a maior longevidade a qual tem início em agosto de 1958 com a posse de um governo constitucional (de Alberto Lleras Camargo), inaugurando parcialmente a era democrática desta região, uma vez que os demais países nesse momento ou viviam sob regimes constitucionais e ainda sofreriam quebra da ordem constitucional, ou viviam sob regimes autoritários não-constitucionais e só retornariam a democracia de forma ininterrupta¹⁹ no final dos 70. Além disso, na década de 60 e início da de 70 ocorre a independência das ex-colônias britânica e holandesa, Guiana e Suriname pela ordem, chamadas até então de guianas inglesa e holandesa respectivamente. Poucos anos após a independência, o Suriname viveria alguns anos sob regime ditatorial²⁰, dificultando a institucionalização dos sistemas políticos e jurídicos dos novos Estados Nacionais. Devido a essas particularidades, cada País entrou em minha pesquisa de acordo com suas transições mais recentes de redemocratização e/ou independência, os quais serão apresentados a seguir. Se o ano de início é o de 1958, o de fechamento inexistente a não ser por uma imposição lógica, a de que o artigo estava sendo

¹⁹ Ao menos até o momento em que este artigo era revisado no primeiro bimestre de 2012.

²⁰ O período autoritário do Suriname terá como ditador o ex-sargento e auto-promovido coronel Desi Bouterse, o qual foi eleito na atual fase democrática do país, tomando posse em agosto de 2010.

escrito no final de 2011, ano em que o Brasil deu posse a sua primeira presidente eleita pelo voto popular²¹.

Tabela 1

Ano da redemocratização atual de cada um dos países da América do Sul (ordem cronológica)

ANO	PAÍS	MARCO DA REDEMOCRATIZAÇÃO
1958	Colômbia	Posse de um presidente civil eleito pelo voto popular direto
1959	Venezuela	Posse de um presidente civil
1966	Guiana	Independência do País e governo constitucional
1979	Equador	Posse de um presidente civil eleito por votação popular direta
1980	Peru	Posse de um presidente civil eleito pelo voto direto popular
1982	Bolívia	Posse de um presidente civil eleito por Congresso livre
1983	Argentina	Posse de um presidente civil eleito pelo voto direto popular
1984	Uruguai	Posse de um presidente civil eleito pelo voto direto popular
1985	Brasil	Posse de um presidente civil eleito indiretamente por voto de congressistas e delegados
1988	Suriname	Presidente eleito por voto direto popular
1989	Chile	Posse de um presidente civil eleito pelo voto direto popular
1989	Paraguai	Presidente eleito pelo voto popular direto após 35 anos de governo de um só presidente

Fonte: Autoria própria

Vale mencionar, ainda, que dos anos que vão da redemocratização dos dois primeiros países (Colômbia e Venezuela) até o final dos anos 80, o Continente não escapou à influência da chamada Guerra Fria que evoluiu com diferentes intensidades. Quando esses dois países do norte da América do Sul se redemocratizaram no final dos anos 50 e início dos 60 este conflito se aproximava do auge em um espaço de tempo de três anos e 10 meses, o qual se verificaria tanto com a vitória da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, em janeiro de 1959 como pela eclosão da crise dos mísseis soviéticos que estavam sendo instalados em Cuba em outubro de 1962. A situação mudou dramaticamente somente com o fim da mesma, que se deu com a extinção da URSS e dos países que integravam seu bloco de sustentação, tudo isso se passando no decorrer de dois anos e um mês, isto é, de novembro de 1989 (queda do Muro de Berlim) a dezembro de 1991 (dissolução da União Soviética).

Por ser a presente nota de pesquisa o resultado de um trabalho de natureza empírica, várias das perguntas que formulei se propuseram a

²¹ Por esta razão, não haveria tempo hábil para contemplar nesse artigo as eleições nacionais da Argentina e da Guiana realizadas na metade do segundo semestre de 2011.

proporcionar conhecimento factual sistematizado e, assim, permitir a realização de comparações entre os países, embora algumas destas não pudessem ser respondidas para todos devido à dificuldade na obtenção de informações. Outras questões surgiram de preocupações mais conceituais, as quais, eventualmente, poderão ser úteis para trabalhos de natureza teórica.

3. Os Resultados Parciais da Pesquisa

O perfil dos ministros das Relações Exteriores foi elaborado sobre uma população total de 174 indivíduos nos 12 países dentre os que tomaram posse no cargo de titular das Relações Exteriores no período em questão²², os quais produziram uma frequência total de 193, pois alguns deles ocuparam-no mais de uma vez, sendo aqui contabilizados os que acompanharam o chefe de estado em mais de um mandato sem deixar o cargo²³.

3.1. A Composição segundo o gênero: as mulheres na Política Externa

A presença das mulheres nas chefias de governo dos países da América do Sul obteve grande visibilidade a partir do momento (início de 2006) em que a médica e ex-ministra da Defesa do Chile, Michelle Bachelet, elegeu-se presidente da República pela Concertación Democrática, coligação de partidos políticos que passou a governar o Chile a partir da transição do regime autoritário militar para o democrático no final da década de 80. Embora em condição minoritária, as mulheres já haviam governado em vários países de mais de um Continente até o momento em que passaram a governar na América do Sul. A presidente Bachelet Jeria proporcionou grande visibilidade para o espaço das mulheres na política, mas não se constituiu na primeira a governar um país sul-americano, e sim Janet Rosemberg Jagan, na República Cooperativa da Guayana²⁴, em 1997, viúva de um dos líderes da independência

²² Não integram a lista os que ocuparam o cargo por até 30 dias devido à licença dos titulares por férias ou problemas de saúde. O período começa nos anos de 1958/59 com Colômbia e Venezuela, os dois de democracia mais longa, até o final do primeiro semestre de 2011, incorporando todos os países e quando um novo governo tomou posse no Peru (28 de julho). Eventuais ministros interinos que permaneceram acima desse período também foram contabilizados como titulares.

²³ Exemplo: por tal critério Celso Luiz Nunes Amorim foi ministro por três vezes, sendo uma no governo do presidente Itamar Franco e as outras duas no de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), embora na segunda e terceira passagens ele não tenha deixado o cargo.

²⁴ Duas outras mulheres governaram fora do período em tela e não são aqui computadas. O caso de Isabelita Perón, ex-presidente da Argentina (1974-1976), por ter sido ela eleita vice-presidente da República e no período anterior ao enquadrado pela pesquisa como o de Lúcia Gueiler Tejada (1979-1980) na Bolívia, que assumiu como presidente

desse país. Com a posse de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil no início de 2011 cinco mulheres em cinco países tiveram a oportunidade de governar quatro dos 12 estados do Continente no período, mas no total dos 87 governantes do período em questão elas representam somente 5,8%. E qual o tamanho da participação das mulheres na condução da política internacional dos países sul-americanos? Maior em termos absolutos e percentuais; 14 delas assumiram a titularidade do Ministério das Relações Exteriores em sete países representando 8% do total de chanceleres. A Colômbia é o país que mais abrigou a participação feminina com cinco ministras até o final do primeiro semestre de 2011 seguida pelo Equador com três. De todas as mulheres chanceleres, somente três integram a carreira diplomática de seus países (Argentina, Colômbia e Paraguai).

Nesse quadro de governantes e ministras, merece atenção que nenhuma das chefes de estado tenha nomeado qualquer mulher para a pasta das relações exteriores durante seus mandatos²⁵.

3.2. Permanência e Rotatividade dos Ministros perante os Chefes de Governo

A primeira questão se refere à rotatividade dos ministros a fim de que se possa dar a conhecer a frequência dessa troca no curso dos mandatos de um mesmo chefe de governo. Os ministros são cargos auxiliares dos presidentes e, portanto, estes podem trocá-los no momento em que entenderem ser isso conveniente²⁶, seja por razão do desempenho do titular e/ou da política interna, uma vez que no regime democrático os partidos e suas correntes internas são atores relevantes para a viabilidade dos governos. Como o regime democrático contemporâneo na América do Sul tem se pautado por um elevado número de partidos políticos, tal realidade tende a fragmentação da condução, conquanto a ciência política tenha mostrado em mais de uma pesquisa que o número

interina e cujo mandato foi encerrado com um golpe de estado perpetrado por setor do exército sete meses após ter tomado posse.

²⁵ Tal situação pode se tratar de mera coincidência devido ao pouco número de mulheres chefes de estado. Todavia, entendo oportuno fazer a seguinte pergunta: a escolha de uma mulher para a pasta das relações exteriores para além da própria chefe de estado não poderia ser por estas entendido como algo que as fragilizaria em um terreno ainda cercado de preconceitos?

²⁶ Contudo, em todos os países os ministros tem responsabilidades perante o Congresso Nacional (Poder Legislativo) devendo atender à determinadas exigências por este formuladas, como comparecimento regular à sua dependência para explicações que se façam necessárias sobre a política implementada por sua pasta.

formal de partidos não implica que todos sejam relevantes em termos congressuais e, até mesmo, que tal fragmentação (no caso especialmente do Brasil) seria mais formal do que real, ou seja, mesmo havendo elevado número de sócios do poder, o regime democrático presidencialista formaria uma coalizão suficientemente forte para governar sem maiores resistências do Congresso Nacional²⁷. Ainda assim, é forçoso reconhecer que houve um aumento dessas agremiações em praticamente todos os países do Continente. Mas será que a pasta de relações exteriores estaria fora das mudanças?²⁸ É o que a tabela seguinte espera ajudar a responder.

Primeiramente, observa-se que o número de chefes de governos varia muito de país para país devido, majoritariamente, à fase inicial de cada um ser distinta, mas também, em razão de o tempo fixado de mandato ser diferente, como por ter sofrido alterações, e por fatores extra-políticos inclusive. A Constituição do Chile determinava um mandato de cinco anos para seu presidente, mas recentemente reduziu-o para quatro anos tal como previsto no artigo 25. O primeiro governo civil do Brasil, no período aqui computado, foi de cinco anos, uma vez que o mandato daquele que se encontrava em exercício no momento (José Sarney) foi fixado especialmente em cinco anos pela Assembléia Nacional Constituinte por meio do artigo 4º das Disposições Constitucionais. Isto se explica na medida em que os trabalhos da constituinte tiveram início mais de um ano depois de sua posse. A Colômbia, como país democrático mais antigo, teve até o momento 26 presidentes, enquanto a República Cooperativa da Guiana, a segunda nação mais jovem, conta somente com sete.

²⁷ A bibliografia sobre o sistema político democrático no Brasil é vasta, especialmente em sua fase mais recente, mas um pouco menor sobre a especificidade mencionada (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998).

²⁸ Para que a afirmação acima fosse consistente seria necessário efetuar uma comparação com os demais ministérios de um mesmo governo, ao menos com os que dispõem de tradição político-administrativa e relevância para as políticas públicas o que não é o propósito da pesquisa.

Tabela 2

Total de Chefes de Governo, de Ministros das Relações Exteriores e a Rotatividade* de ministros, segundo o País (1958-2011)

PAÍS	(A)	(B)	C	(D)
	MINISTROS	PRESIDENTES	ROTATIVIDADE RAZÃO A/B	POSIÇÃO COM BASE EM C
Argentina	10	7	1,43	3º
Bolívia	17	9	1,89	6º
Brasil	8	6	1,33	2º
Chile	9	5	1,80	5º
Colômbia	26	13	2,00	7º
Equador	19	12	1,58	4º
Guiana	8	7	1,14	1º
Paraguai	15	6	2,50	9º
Peru	21	6	3,50	11º
Suriname	8	4	2,00	8º
Uruguai	10	5	2,00	8º
Venezuela	23	7	3,29	10º
TOTAL	174	87	2,00	

Fontes: ministérios das Relações Exteriores de cada um dos 12 países. Tabela organizada pelo autor.

*quanto à rotatividade vide a explicação abaixo e a nota 27.

No entanto, a fim de dar comparabilidade aos países, procedi à divisão do número de ministros das Relações Exteriores (dividendo) pelo de Presidentes (divisor)²⁹. O resultado obtido mostra com clareza que a razão foi superior ao número um em todos os países vistos separadamente e como um todo, ainda que cientes de que os presidentes da Argentina (Carlos Menem), e do Brasil (Fernando Henrique e Lula), mantiveram seus ministros (Guido Di Tella, Luiz Felipe Lampreia e Celso Amorim, respectivamente) em tempo integral ou quase integral em seus mandatos. Ainda assim, a razão foi um número superior a um nesses países devido às frequentes mudanças realizadas por outros chefes de governo das duas nações. Examinando-se as posições dos países, a Guiana se mantém como a primeira (razão de 1,14), Brasil como segundo (1,33) e Argentina como terceiro (1,43). Nas últimas posições se encontram o Paraguai, em 10º (2,5), Venezuela em 11º (3,29) e Peru em 12º (3,5). Tomando como exemplo tanto a razão obtida para cada

²⁹ Se o quociente for rigorosamente um (1), ou bem próximo, significa que não houve troca de ministro indicando um alto nível de estabilidade política, ao menos para o setor, e as melhores posições.

país quanto para o total de países e ainda a média das razões, os resultados revelam oscilações importantes na permanência dos ministros, quais sejam: distância significativa da maioria em relação à razão total (2,0) e a da média (2,04), ainda que o desvio padrão (0,70) não seja tão elevado³⁰. Há de se considerar que quanto maior é a troca de ministros das relações exteriores maior tende a ser o protagonismo do chefe de estado no campo da política externa do seu país, ou, mais difícil é identificar uma linha consistente.

3.3. Experiência diplomática anterior?

A área de relações internacionais é uma das que recomenda os melhores conhecimentos e experiência dos ocupantes dos cargos de ministros de governo, ainda que outras também sejam consideradas de elevada exigência para seus titulares independentemente das preferências e estratégias do chefe de governo as quais seus titulares servem. Tal exigência se explica pelo fato das relações internacionais se constituírem em um campo muito mais complexo e aberto do que o da política doméstica, entre outros motivos por inexistir uma entidade governamental mundial a qual o país esteja juridicamente subordinado³¹. Em razão dessa observação, faz sentido saber se os ministros de relações exteriores apresentavam experiência pregressa no setor. A forma pela qual a pesquisa procura obter tal conhecimento é tentando responder a duas questões, a saber: se os ministros já haviam ocupado esse cargo em algum governo anterior e/ou já haviam sido embaixadores. O cargo de embaixador em algum país ou entidade internacional também é aberto em quase todos os países a nomeações político partidárias, ainda que alguns analistas os considerem em menor medida do que o de ministro. A informação que disponibilizo abaixo se divide em quatro possibilidades de resultados que são as seguintes: 1) ter sido ministro das relações exteriores anteriormente; 2) ter sido embaixador em algum país e/ou entidade anteriormente; 3) ter ocupado os dois cargos anteriormente; 4) não ter tido qualquer experiência anterior.

A tabela número 3 seguinte é muito clara. Permite ao leitor detectar a existência de dois pares e dois pólos, ou seja, poucos indivíduos haviam

³⁰ Lembrando que quanto maior é o desvio padrão em relação à média, menos representativa da distribuição é esta mesma média.

³¹ Com esta afirmação não se entenda que avalizo a teoria realista da política internacional na íntegra, mas constato um fato que parece ser suficiente para reconhecer as características deste ambiente.

ocupado o cargo de ministros das relações exteriores alguma vez (5) e poucos, embora em número maior (18), haviam vivido também a experiência no cargo de embaixador alguma vez anteriormente. A maioria de 90 (49,2%) não havia tido qualquer experiência na área diplomática executiva de alto escalão, enquanto a segunda maioria 70 (38,2%) havia sido embaixador. Somando as três primeiras colunas que significam experiência diplomática (maior ou menor) alcança-se o patamar de 93, isto é, 50,2%, caracterizando uma pequena maioria absoluta sobre os sem qualquer experiência. É possível afirmar que tais resultados formam um padrão em todos os países, embora o Suriname não autorize afirmações fechadas devido às escassas informações obtidas³².

Tabela 3

Experiência anterior como titular do cargo de Ministro das Relações Exteriores e/ou de Embaixador em País e/ou Entidade (1958-2011)

PAÍS	A	B	C	D	A+B+C+D	TOTAL
	MINREL	EMB	MINREL E EMB	NENHUM	SOMA DAS FREQUÊNCIAS	
Argentina	0	4	2	6	12	10
Bolívia	2	8	3	7	19	17
Brasil	1	3	3	5	12	8
Chile	0	3	0	6	9	9
Colômbia	0	13	1	12	26	26
Equador	0	7	4	10	21	19
Guiana	0	5	2	5	12	8
Paraguai	0	9	0	6	15	15
Peru	0	5	2	13	21	21
Suriname	0	0	0	3	3	8
Uruguai	0	4	1	6	11	10
Venezuela	2	9	0	11	22	23
TOTAIS	5	70	18	90	183	174
PERCENTUAIS	2,73	38,25	9,84	49,18	100	

Fontes: Ministérios das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (versões inglês e espanhol). Tabela organizada pelo autor. MINREL – Ministro das Relações Exteriores; EMB – Embaixador. Não foi possível obter informações para um total de 10 ministros (para nove se foram embaixador e para um, incluído, se foi ministro das Relações Exteriores. *Frequência.

³² Faça o seguinte registro metodológico: contei como dois ou três ministros todo aquele que tenha servido em mais de um mandato, seja do mesmo chefe de governo (em caso de reeleição subsequente ou intercalada) ou de outro governante. Exemplo: o ministro brasileiro Celso Luís Nunes Amorim foi contado três vezes por ter servido a dois presidentes em três mandatos (Itamar Franco e os dois do presidente Lula) do período democrático, conquanto no primeiro tenha sido contado como sem experiência anterior no cargo.

3.4 Experiência como Embaixador

Ter exercido o cargo de embaixador em algum país ou entidade internacional antes de alcançar o cargo de ministro é um indicador importante para que se conheça a experiência diplomática com a qual o titular assume o cargo das Relações Exteriores. Para o diplomata de carreira no serviço público o cargo de embaixador, independentemente da nomenclatura oficial utilizada por cada país e os graus existentes³³, é um dos pontos mais altos de seu desenvolvimento. E do ponto de vista do status, ser nomeado para as embaixadas dos países mais importantes econômica e politicamente e das entidades internacionais de maior prestígio coloca o futuro ministro oriundo da carreira em posição ainda mais reconhecida.

Assim é que dos 174 ministros dos 12 países sul-americanos, 75 (43,3%) ocuparam alguma embaixada ao menos uma vez antes de se tornarem ministro das Relações Exteriores, enquanto 89 (51,1%) não passaram por quaisquer embaixadas³⁴. Os 75 embaixadores serviram em 46 diferentes postos, um indicador de uma significativa heterogeneidade por parte de um grupo minoritário no conjunto dos chanceleres, sendo que a larga maioria das embaixadas foi exercida em países (Estados Soberanos). Como se pode observar com facilidade na tabela 4 resumida seguinte, o EUA³⁵ concentrou a maioria das experiências (15), seguidos de perto pela Organização das Nações Unidas (ONU) (12) e bem em seguida pelo Brasil com oito. Depois disso vem a Venezuela com oito, a Espanha com sete e a Organização dos Estados Americanos (OEA) com cinco.

³³ Ou seja, o título de embaixador na carreira oficial no Brasil e de outros países não implica que o profissional ocupe alguma embaixada, seja em país ou entidade.

³⁴ De outros 10 (5,7%) não foram obtidas informações.

³⁵ Como afirma o diplomata de carreira aposentado e ex-embaixador do Brasil nos EUA, Rubens Barbosa (BARBOSA, 2011 p.226) “Ser embaixador em Washington, o posto mais prestigioso no exterior para profissionais de qualquer país do mundo, é com frequência o sonho de todo diplomata considerado competente e preparado, mas nem sempre se apresenta possível. A indicação depende não só da qualificação, mas também de uma série de circunstâncias políticas e pessoais, além de um momento de oportunidade”.

Tabela 4*

Ministros que exerceram anteriormente o cargo de embaixador, segundo o País / Entidade onde serviram

PAÍS/ENTIDADE	FREQUÊNCIA QUE AS EMBAIXADAS FORAM OCUPADAS
Argentina	6
Bélgica	5
Brasil	8
Espanha	7
EUA	15
Grã-Bretanha	6
OEA	5
ONU	12
Venezuela	8
SUB-TOTAL	72
Outros países e entidades	57
TOTAL	129

*Tabela resumida. Vide a integral no Anexo. Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (inglês e espanhol). Tabela organizada pelo autor. *Não foi possível obter esta informação para 2 ministros. 75 ministros foram embaixadores.

Quando agrupamos as experiências no cargo de embaixador por Continentes e por Entidades onde os ministros serviram, fica nítida a distribuição equilibrada entre os dois grupos líderes. As embaixadas exercidas na América do Sul e na Europa dividiram-se em 37 cada, sendo esses dois grupos seguidos bem à distância pelas embaixadas nas Entidades internacionais (23), depois na América do Norte (18), e de forma rarefeita na África e Ásia (cinco – 5 - cada) e Oriente Médio (uma -1). Dos postos de embaixador na América do Sul, eles serviram em nove dos 12 países, ficando de fora o Chile, a Guiana e o Paraguai. É interessante salientar a característica dessa distribuição, pois o período abordado nesse artigo vem do final da década de 50 (Colômbia e Venezuela) até o ano de 2011, ou seja, inicia-se no auge da Guerra Fria, passando pelo seu declínio, extinção, e começo da nova era. Se o EUA sozinho esteve à frente das experiências dos embaixadores, é a Europa enquanto continente que concentrou a maioria deles, ainda que se possa argumentar para reduzir tal relevância o fato do Continente europeu contar com muito mais países do que a América do Norte (Canadá, EUA e México).

3.5.Outros Ministérios antes de assumir o das Relações Exteriores

A eventual participação dos ministros das Relações Exteriores como ministros de outras pastas antes de chegar à chancelaria é um indicador poderoso, mas não único, para se conhecer o grau com que esses indivíduos podem ser considerados políticos de estado. Um diplomata da carreira do Ministério das Relações Exteriores dificilmente assumiria outra pasta em seu período ativo, conquanto aquele que passou por outros ministérios antes da chancelaria e, eventualmente, no interregno, de uma segunda passagem pelo mesmo cargo, tende a ser um político com maior probabilidade, ou seja, cultiva e dispõe de relações político-partidárias mesmo não sendo um homem de partido.

As informações obtidas indicam que somente a minoria desses indivíduos teve tal experiência, sugerindo que ao menos nessa variável a maioria contou com sua experiência pregressa (quando a teve) concentrada no Ministério das Relações Exteriores (*vide tabela 5*).

Tabela 5

Titular de Outro Ministério Antes de ser Ministro das Relações Exteriores

Condição	Indivíduos	% Do Subtotal	% ^{..} Do Total
Sim	55	37,4	31,2
Não	92	62,6	52,3
SUBTOTAL	147	100	83,5
Sem informação	29		16,5
TOTAL³⁶	176		100

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países.
Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (inglês e espanhol).
Tabela organizada pelo autor.

Como se pode observar na tabela 5 acima, nada menos do que 62,6% dos indivíduos sobre os quais se tem informações não foram titulares de outro Ministério (ou 52,3% considerando o total) e somente uma minoria de 37,4% a teve, ainda que não se possa considerar como uma insignificante minoria.

³⁶ O total apresentado na tabela 5 é de 176 e não de 174 indivíduos porque dois deles foram chanceleres por duas vezes e no intervalo entre as duas passagens pelo cargo estiveram à frente de outras pastas.

3.6. Mandato Parlamentar e/ou Popular Antes ou Depois de Ser Ministro³⁷

Tão relevante para a análise a ser feita quanto saber se o chanceler já ocupou o cargo de titular de algum ministério é conhecer se ele exerceu algum mandato parlamentar e/ou de chefia do poder executivo em algum momento³⁸. Trata-se, evidentemente, de um dado que indica de forma incontestável a atuação política e, especialmente, político-partidária e eleitoral. Se o número for muito grande isso acarretará uma conclusão lógica de que os chefes de governo sul-americanos optam por chanceleres que sejam homens de partido (ou vieram a ser depois de deixar a pasta), com visões de mundo e interesses comprometidos com suas organizações e, portanto, iguais aos que estão em quase todos os outros ministérios.

As informações contidas na tabela 6 seguinte mostram que muito próximo da metade desses indivíduos (49,4%) não teve qualquer mandato parlamentar e nem chefiou o poder executivo (em quaisquer níveis de governo) levando em conta o conjunto da população de ministros estudado, número este que sobe para 58,9% tendo em conta somente aqueles sobre os quais se obteve informação. Apesar desta ordem de grandeza, é forçoso reconhecer ser bem expressiva a minoria que contou com tal experiência (34,5% para a população total e 41,1% para o que é conhecido)³⁹.

Tabela 6

Mandato parlamentar antes e/ou depois de ser Ministro			
Condição	Indivíduos	%	%
		Subtotal	Total
Sim	60	41,1	34,5
Não	86	58,9	49,4
SUBTOTAL	146	100	83,9
Sem Informação	28		16,1
TOTAL	174		100

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Parlamentos Nacionais, e Organização dos Estados Americanos (OEA). Tabela organizada pelo autor.

³⁷ A razão desse tópico estar assim apresentado se deve ao fato de que mandatos parlamentares, como os de senador, governadores, e mesmo prefeitos nem sempre foram de eleição popular em vários dos países sul-americanos, como Colômbia e Venezuela.

³⁸ O ideal seria saber antes de ser ministro das Relações Exteriores tal qual a informação anterior. Porém, a obtenção desse dado é um processo mais trabalhoso e menos claro. Preferiu-se, assim, não estabelecer a distinção.

³⁹ Além disso, é preciso considerar que não ter tido mandato parlamentar não quer dizer que o indivíduo não tenha concorrido. Talvez não tenha sido eleito.

A expressiva minoria de 60 chanceleres que teve a experiência de exercer mandatos parlamentares e/ou populares viveu-a de formas diferentes em um conjunto de nove tipos de mandatos (vereador, deputado estadual, deputado nacional, deputado constituinte, senador, governador, prefeito, vice-presidente da República e Presidente da República). Enquanto 40 deles (66,7%) tiveram somente um tipo de mandato, os outros 20 (33,3%). Esse grupo passou com variação diferenciada por todos os cargos parlamentares e de chefia do executivo existentes em comum no Continente, produzindo uma frequência total de 83⁴⁰ (*vide a tabela 7*). Compreensivelmente para um ministro das Relações Exteriores os mandatos de deputado nacional, 33 (39,8%), e de senador, 25 (33,7 %) aparecem como os de maior participação nas experiências registradas, uma vez que abrem a possibilidade destes desenvolverem uma atuação relacionada às questões internacionais. Com pequena participação aparecem até mesmo as experiências de vice-presidente, 2 (2,4%) e presidente da República, 4 (4,8%).

Tabela 7

Cargos Executivos e Parlamentares exercidos por 60 chanceleres
Que tiveram tal experiência em uma população de 174

MANDATO	FREQUÊNCIA	EM %
Deputado Estadual*	4	4,8
Deputado Nacional	33	39,8
Deputado Constituinte	1	1,2
Senador	25	33,7
Governador	3	3,6
Prefeito	6	7,2
Presidente da República	4	4,8
Vereador	5	6,0
Vice-presidente da República	2	2,4
SOMA	83	100,0

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA), Parlamentos de 11 países e Wikipédia (inglês, espanhol e holandês). Tabela organizada pelo autor.

*Nos estados unitários e outros a denominação é estadual ou provincial

⁴⁰ A frequência seria ainda maior caso se computassem as reeleições.

3.6.1. Passaram por todas as experiências

Alguém que passasse por todas estas experiências (chanceler, embaixador, ministro de outra pasta, ao menos um mandato parlamentar, e ao menos uma chefia de poder executivo) se revelaria como um indivíduo pertencente a um grupo muito especial que desfruta de grandes recursos de poder, sem que pudéssemos descartar, também, a força do acaso. Os resultados obtidos dentre os 174 chanceleres pesquisados mostraram que somente dois deles vivenciaram todas estas experiências, a saber: Guido de Tella (Argentina), ministro durante os anos da presidência de Carlos Saul Menem na década de 90, e Fernando Londoño y Londoño (Colômbia), ministro do presidente Guillermo León Valencia Muñoz no início dos anos 60.

3.7. Formação Universitária

Entendo que me ater exclusivamente à experiência na vida diplomática como um dado da preparação dos ministros – ou mesmo em outros cargos públicos - é um indicador insuficiente para aferir o grau de importância das pessoas diretamente responsáveis pela política exterior dos países. A formação universitária (graduação e pós-graduação), bem como o conhecimento da história dos países, do relacionamento internacional, os direitos nacional e internacional (público e privado), economia internacional, e, ainda a comunicação entre os Estados, e as entidades multilaterais, são outros conhecimentos e atributos que se impõem como quase obrigatórios para que o titular do cargo tenha desempenho minimamente satisfatório. E tal requisito, conquanto não se trate de exigência legal, se faz ainda mais relevante uma vez que o cargo de chefe de governo é preenchido pelo voto popular. Ou seja, o chanceler é aquele que deve supostamente suprir a lacuna de conhecimentos e habilidades no setor daquele que o nomeia para o cargo. Não obstante, dado os conhecidos problemas educacionais de vários países sul-americanos, dentre os quais os vividos especialmente pelo Brasil, não seria uma surpresa se a ausência de ensino superior tivesse presença considerável também entre os titulares desse Ministério, ou cursos de formação superior desalinhados com os requisitos do setor. Por outro lado, é necessário reconhecer a existência de um discurso nas elites políticas e econômicas em defesa de uma formação

tradicional superior, especialmente no campo do direito (para aqueles que pretendiam se alçar à vida política), à engenharia civil e a medicina. No caso especificamente brasileiro, independentemente de obter o título superior para fazer uma carreira na área de formação, este serviria para assegurar prestígio para seu detentor.

Passemos, então, aos resultados observados nesse item. Como é possível constatar na tabela 8 seguinte resumida (vide próxima página) há um número considerável de formações de nível superior; nada menos que 26 cursos, embora vários desses pudessem ser agrupados devido à elevada afinidade existente senão a quase total identidade, como seria o caso de Diplomacia e Relações Internacionais, como os de Contabilidade e Contadoria, Economia, Desenvolvimento Econômico e Finanças. Ou dentre os de Ciências Sociais e Política, Ciência Política e Sociologia. Ora, o curso de diplomacia aparece com somente oito pessoas e o de relações internacionais com meros cinco. Somados chegam à frequência de 13 (7,1%). Entretanto, o registro do curso de diplomacia como graduação pode ser uma informação equivocada, uma vez que o mesmo costuma ser ministrado como curso de especialização ou de pós-graduação em vários países, ou mesmo por exigência dos órgãos de relações exteriores. No Brasil, por exemplo, o Instituto Rio Branco (IRB), órgão de formação dos diplomatas brasileiros o elevou à condição de curso com nível de mestrado (MONTEIRO: 2007). Os de antropologia, ciência política, ciências sociais e políticas e sociologia reunidos chegam a 20 (10,8%). Já o curso de direito não encontra rivais dentre os ministros das Relações Exteriores. Nada menos que 94 (50,8%) titulares dentre uma frequência dos 26 cursos de 185 obtiveram formação nessa área, o que não surpreende haja vista que esta é uma formação considerada central para o campo das relações internacionais como se pode facilmente observar na clássica obra do teórico realista Hans Morgentau (2003). Em uma segunda colocação muito distante, vem os de Economia, com 18 titulares (9,7%). Na hipótese da formação em Economia ser agrupada aos outros mencionados, tal número chegaria a 21 (11,4%), uma pequena diferença. Na terceira posição aparece o curso de Engenharia, o qual dispõe de 12 ministros (6,5%).

Tabela 8*

Formação Superior dos Ministros das Relações Exteriores dos Países da América do Sul dos períodos estudados**

CURSO	TOTAL
Ciência Política	6
Ciências Sociais e Políticas	6
Diplomacia	8
Direito	94
Economia	18
Engenharia (diversas)	12
Relações Internacionais	5
Sociologia	7
SUBTOTAL	156
Outras	29
TOTAL	185

Fontes: Ministérios das Relações Exteriores, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (inglês e espanhol). *a tabela na íntegra se encontra nos Anexos. ** 2 ministros não tem formação superior e de 21 ministros não se obteve informações. Vários ministros informaram mais de um curso de nível superior gerando um total superior a 174.

3.8.Ocupação Principal: diplomatas, políticos ou nenhum dos dois

O último passo a ser dado é mostrar a ocupação principal dos homens e mulheres que se tornaram ministro das relações exteriores de seus países, procurando responder como eles podem ser classificados enquanto ocupação principal; se diplomatas de carreira, políticos, ou de ocupações distintas das duas principais as quais agrupei sob a denominação de terceira ocupação⁴¹ (*tabela 9 na página seguinte*).

⁴¹ - Na terceira ocupação se encontram ocupações diversas que poderiam ser chamadas na maior parte dos casos de tecnocráticas das áreas do direito e da economia, cujos indivíduos atuam como professores, consultores, e/ou assessores de organismos internacionais e de empresas. Em menor medida há também profissionais dos setores de comunicação e pesquisadores. Mesmo não havendo evidências há que se admitir que em vários casos as pessoas em tais ocupações são ligadas ou próximas a políticos e partidos políticos. Mas ainda que este fosse o caso de todos que se encontram sob tal classificação não haveria sentido em classificá-los como políticos, pois não estão e nem estiveram em cargos típicos do sistema político.

Tabela 9

Ocupação Principal dos Ministros das Relações Exteriores, segundo as classificações de diplomatas, terceira ocupação e políticos (N=162)*

PAÍS	TERCEIRA		
	DIPLOMATAS	OCUPAÇÃO	POLÍTICOS
Argentina	1	5	4
Bolívia	8	3	6
Brasil	3	3	2
Chile	1	5	3
Colômbia	3	8	15
Equador	10	7	2
Guiana	3	3	2
Paraguai	7	3	5
Peru	6	6	8
Suriname	1	3	-
Uruguai	3	3	4
Venezuela	5	6	5
TOTAL	51	55	56
EM %	31,4	33,9	34,6

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (inglês e espanhol). Tabela organizada pelo autor. *para 12 dos 174 indivíduos não se obteve informações seguras, a saber: dois do Peru, quatro do Suriname, e sete da Venezuela.

Os resultados indicam claro equilíbrio na distribuição das ocupações, com ligeira vantagem dos *políticos* (34,6%), seguido dos que são classificados como *terceira ocupação* (com 33,9%), e, por último dos *diplomatas oficiais* (31,4%). Porém, o que é observável nos resultados gerais não se reproduz na totalidade dos países. Em três desses (Bolívia, Brasil e Equador) são os diplomatas oficiais que estão em maioria (ao menos sobre os políticos e, em alguns casos nas mesmas condições aos de terceira ocupação). A inexistência de uma clara supremacia sugere a possibilidade de que as escolhas feitas pelos chefes de estado estão bem ajustadas às circunstâncias políticas domésticas da formação de seus governos, as quais podem ou não recomendar um ou outro perfil. Não haveria, a priori, resistência a qualquer solução. É evidente que tal raciocínio tem de ser feito com muito cuidado, não se prendendo ferrenhamente às quantidades mencionadas. O Brasil, como se

sabe, aparece com apenas três diplomatas no período em questão, dois dos quais permaneceram longo período no cargo somando 15 anos de gestão com larga possibilidade de executar e, eventualmente, retificar os rumos do governo na área, e o terceiro ainda em seu primeiro ano de gestão quando da redação deste artigo.

4. REFLEXÕES FINAIS

Com a exposição geral que desenvolvi sobre os resultados provisórios de minha pesquisa torna-se possível fazer algumas reflexões que exponho nas linhas seguintes, elaborando primeiramente uma síntese dos dados coletados. O (re)início do regime democrático na América do Sul se dá em ritmos temporais desiguais em um período total de 31 anos (1958 a 1989), grandeza temporal esta que explica em boa medida a diferença no número de chefes de governo de cada país. Porém, o número de ministros das Relações Exteriores revelou-se superior aos dos governantes que os nomearam para o cargo em praticamente todos os países indicando que a estabilidade político-administrativa na área de política internacional não é uma marca dos homens responsáveis por executá-las. Se a rotatividade no cargo é uma característica generalizada no Continente (conquanto bem variável de país para país), predomina entre os chanceleres o noviciado na pasta como também à frente de embaixadas, etapa quase sempre anterior à da nomeação para o ministério. Ou seja, a maioria não havia tido tal experiência diplomática em postos de alta relevância para a carreira, fato que chama bem a atenção para os governos auto proclamados populares e de esquerda de países como Bolívia, Equador e Venezuela. Mas os que passaram pelos postos de embaixador em países e entidades o fizeram em número bem variado, sendo que muitos dos países nos quais serviram encontram-se fora da América do Sul. O EUA é o país que concentrou a maior parte das experiências dos chanceleres que foram anteriormente embaixadores. Quanto à passagem por outros ministérios antes das Relações Exteriores, a maioria não conheceu esta experiência, como também não a tiveram como parlamentar ou alguma chefia de governo. Porém, a minoria que a vivenciou passou pelos cargos e mandatos mais baixos (vereador e prefeito) como igualmente os mais altos (vice-presidente e

presidente da República). Quanto à formação superior dos chanceleres, quase todos a tiveram por um variado número de cursos, embora concentrados majoritariamente no direito. Finalmente, tal rotatividade e experiência se apresentaram de forma diferente para as poucas mulheres que se desempenharam como ministras das Relações Exteriores.

A despeito das características majoritárias mencionadas, as minoritárias estão longe de ser inexpressivas (à exceção do item formação superior no qual praticamente todos a possuíam). Ou seja, mesmo sendo minoritários alcançam percentuais expressivos os ministros que permaneceram por longo período à frente das chancelarias, como os que reúnem experiência anterior no próprio cargo, ou, ainda como embaixador, passando por outros ministérios, pelo Parlamento e chefia de governo. Assim, maioria e minoria dão a idéia de que os países sul-americanos convivem com situações razoavelmente bem divididas.

Certamente o panorama de heterogeneidade dos resultados agregados não quer dizer que tal situação assim se passa proporcionalmente no tempo integral do período observado. Não fiz o recorte por sub-períodos por questão de espaço, mas tal procedimento faz parte da pesquisa em andamento. Uma vez que as condições políticas mundiais e regionais mudaram significativamente em meio século, há que se levar em conta na análise a possibilidade de que estas tenham afetado diferentemente o recrutamento dos cargos de ministros das relações exteriores.

Desta ampla gama de ministros que compõe os países do Continente no período em questão, um pequeno grupo passou longo tempo como titular da pasta de Relações Exteriores de seus países, sendo que um subgrupo ultrapassou um mandato do chefe de governo, permanecendo no cargo no outro mandato deste quando se tratou de reeleição, ou de outro chefe de governo. Ou seja, estes indivíduos tiveram experiências superiores a quatro ou cinco anos, o que lhes confere uma elevada influência sobre a política exterior do país.

Encaminho outra reflexão sobre aquilo que apenas de forma rarefeita pode ser observado, qual seja, a quase total ausência de ministros provenientes da iniciativa privada, sobretudo sob a condição de empresários. Há um caso notório no Brasil; o do banqueiro Olavo Egydio Setubal (grupo Itaú)

que esteve à frente da chancelaria por pouco menos de um ano (1985-1986) na fase inicial do primeiro governo civil pós regime autoritário (presidente José Sarney), como foi o caso, de menor expressão, de alguns jornalistas proprietários de órgãos de comunicação de porte médio na Colômbia, bem como de advogados com bancas de direito próprias. Ou seja, por mais que se acentue a internacionalização das economias e conseqüentemente do fluxo de comércio, este não parece ser um terreno usual para indivíduos provenientes da iniciativa privada.

Finalmente, considero possível que nos regimes democráticos da região jamais venha a existir um padrão hegemônico de ocupantes das chancelarias, embora seja possível entrever que no caso do Brasil a tendência seja de que os diplomatas de carreira predominem como tem acontecido nos últimos anos devido ao crescente papel do Brasil nas relações internacionais, incluindo a América do Sul, e da igualmente crescente complexidade da área. Mas não deixa de ser emblemático de que no caso do Brasil, exatamente o ministro que mais tempo esteve à frente da chancelaria, o diplomata de carreira Celso Amorim, seja filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e antes disso ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Contudo, o contrário parece ter cada vez menos espaço, a saber, os políticos com mandatos eletivos e/ou com claras funções de direção partidária. O grupo identificado como terceira ocupação apresenta características que o colocam mais próximos de diplomatas de carreira do que de políticos, uma vez que sua ocupação profissional na maior parte dos casos está em terreno adjacente ao das relações exteriores. E não se pode desconsiderar a existência de uma possível correlação entre o padrão predominante de recrutamento dos ministros das relações exteriores com o grau de estruturação da carreira diplomática como um todo em cada país, o que a pesquisa que desenvolvo está procurando verificar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

Livros Impressos, Teses Acadêmicas e Outros Documentos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2004. *“Uma Política Externa Engajada: a Política Externa do Governo Lula”*. In Revista Brasileira de Política Internacional. Pp 162-184. N 47.

- BARBOSA, Rubens.** 2011. *O Dissenso de Washington*. Agir. Rio de Janeiro.
- BARRETO, Fernando de Mello.** 2001. *Os Sucessores do Barão (1912-1964)*. Paz e Terra. São Paulo.
- BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz.** 2008. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. UNB. Brasília.
- CERVO, Amado Luiz.** 2002. “*Relações Internacionais do Brasil: um balanço da Era Cardoso*”. In Revista Brasileira de Política Internacional. Número 45. Páginas 05-35.
- CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPUBLICA DE CHILE.** 2011. Texto refundido, coordinado y sistematizado de la Constitución Política de la República de Chile. Contiene la última reforma efectuada mediante Ley N. 20.516 de fecha 11 de Julio del 2011.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** 2008. Texto consolidado até a Emenda número 57, de 18 de Dezembro de 2008.
- DANESE, Sérgio França.** C1999. *Diplomacia Presidencial. História e Crítica*. Topbooks. Rio de Janeiro.
- DEVOTO, Fernando e FAUSTO, Boris.** 2002. *Brasil e Argentina. Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. Editora 34. 2ª edição. São Paulo.
- JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg.** 2007. *Introdução às Relações Internacionais*. Zahar. Rio de Janeiro.
- KANT, Immanuel.** 1995. “*A Paz Perpétua: um projecto filosófico*”. In *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Textos Filosóficos*. Edições 70. Lisboa.
- LIMONGI, Fernando e Argelina Figueiredo.** 1998. “*Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 44.
- MENEZES, Roberto Goulart.** 2010. *A Liderança Brasileira no marco da integração sul-americana*. Tese de Doutorado defendida no departamento de ciência política da USP.
- MONTEIRO, Maria Mota.** 2007. *À Sombra do Barão. Por uma Sociologia da Carreira Diplomática Brasileira*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. São Paulo.
- MORGENTHAU, Hans.** 2003. *A Política entre as Nações*. UNB-IMESP. São Paulo.
- RELACIONES DIPLOMÁTICAS BRASIL-VENEZUELA (1859-1997)**. Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). Documentos oficiais.
- SANCHÍS Muñoz, José R.** 2010. *História Diplomática Argentina*. Ceudeba. Universidad de Buenos Aires. Junio.

Fontes Consultadas na Web

- Associação Latino Americana de Integração (ALADI) – <http://www.aladi.org>
- Câmara de Diputados de Bolivia – <http://www.diputados.bo>
- Câmara de Diputados de Chile – <http://www.diputados.cl>
- Câmara de Diputados de la Republica Argentina – <http://www.diputados.gov.ar>
- Câmara de Senadores de Bolivia – <http://www.senado.bo>
- Caretas – <http://www.caretas.compe>
- Ercilla – <http://www.ercilla.cl>
- Georgetown University Political Database of the Americas – <http://pdba.georgetown.edu/>

MALUF, Rui Tavares. *Política Exterior na América do Sul: responsabilidade de Diplomatas de Carreira ou de Políticos?*

Government Information National Agency (GINA) – <http://www.gina.gov.gy>

Honorable Senado de la Nación Argentina – <http://www.senado.gov.ar>

La Guyana Esequiba – <http://www.laguyanaesequiba.org>

Mídia Sem Mascara – <http://www.midiasemmascara.org>

Ministério de Relações Exteriores y Culto da Bolívia – <http://www.rree.gob.bo>

Ministerio das Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina – <http://www.mrecic.gov.ar>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil – <http://www.mre.gov.br>

Ministério de Relaciones Exteriores da Colômbia – <http://cancilleria.gov.co>

Ministério de Relaciones Exteriores de La Republica Del Paraguay – <http://www.mre.gov.py>

Ministerio de Relaciones Exteriores del Peru – <http://www.rree.gob.pe> Ministry of Foreign Affairs of Guyana – <http://www.minfor.gov.gy>

Organização dos Estados Americanos (OEA) – <http://www.oea.org>

Parliament of the Cooperative Republic of Guyana – <http://www.parliament.gov.gy>

Política Externa – <http://www.politicaexterna.com>

Semana – <http://www.semana.com.co>

Senado de Chile – <http://www.senado.cl>

Wikipédia (nos idiomas espanhol, flamengo, francês, inglês e português) <http://www.wikipedia.org>

Jornais Diários e Revistas Semanais, Quinzenais e Mensais Pesquisados na Web

ABC Collor – <http://www.abc.com.py>

CARETAS – <http://www.caretas.com.pe>

CLARIN – <http://www.clarin.com.ar>

EL COLOMBIANO – <http://www.elcolombiano.com.co>

EL COMERCIO (Equador) – <http://www.elcomercio.com>

EL COMERCIO (Peru) – <http://www.elcomercio.com.pe>

EL ESPECTADOR - <http://www.elespectador.com>

EL MERCURIO – <http://www.emol.cl>

EL UNIVERSAL – <http://www.eluniversal.com.ve>

ERCILLA – <http://www.ercilla.cl>

Folha de São Paulo – <http://www.uol.com.br/fsp>

GUYANA CHRONICLE – <http://www.guyanachronicle.com>

GUYANA JOURNAL - <http://www.guyanajournal.com>

LA NACION – <http://www.lanacion.com.ar>

LATIN AMERICA HERALD TRIBUNE - <http://www.laht.com>

O Estado de São Paulo – <http://www.estadao.com.br>

O Globo – <http://www.globo.com.br>

SEMANA – <http://www.semana.com.co>

Última Hora – <http://www.ultimahora.com>

6. ANEXOS

Tabela 4

Ministros que exerceram anteriormente o cargo de embaixador,
Segundo o País/Entidade onde serviram

PAÍS/ENTIDADE	FREQUÊNCIA QUE AS EMBAIXADAS FORAM OCUPADAS
ALALC	1
Argélia	2
Argentina	6
Águas Maritimas	1
ALADI	3
Bélgica	5
Bolívia	2
Brasil	8
Camarões	1
Canadá	3
China	1
Colômbia	4
Coréia do Sul	1
Costa Rica	1
Equador	3
Espanha	7
EUA	15
França	1
Gabão	1
Grã-Bretanha	6
Guatemala	1
Holanda	1
Itália	1
Líbano	1
Luxemburgo	1
Marrocos	1
Noruega	1
OEA	5
OMC	1
ONU	12
Peru	2
Polônia	1
Portugal	1
República Dominicana	1
República Federal da Alemanha	1
República Tcheca	1
Rússia	1
Singapura	1
Suiça	1

Suriname	1
Tailândia	2
União Européia (UE)	3
URSS	1
Uruguai	3
Vaticano	4
Venezuela	8
TOTAL	129

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Wikipedia (inglês e espanhol). Tabela organizada pelo autor. *Não foi possível obter esta informação para 2 ministros. 75 ministros foram embaixadores.

Tabela 8

Formação Superior dos Ministros das Relações Exteriores dos Países da América do Sul dos períodos estudados

CURSO	TOTAL
Administração de Empresas	3
Antropologia	1
Ciência Política	6
Ciências Sociais e Políticas	6
Contabilidade e Contadoria	2
Diplomacia	8
Direito	94
Economia	18
Educação	2
Engenharia (diversas)	12
Finanças	1
Desenvolvimento Econômico	1
Filosofia	2
Geografia	2
Geologia	1
Humanidades e Ciências	1
Jornalismo	2
Letras	1
Literatura	3
Linguística	1
Matemática	1
Medicina	2
Oficial Militar	2
Química	1
Relações Internacionais	5
Sociologia	7
TOTAL*	185

Fontes: Ministério das Relações Exteriores de cada um dos 12 países, Organização dos Estados Americanos (OEA) e

Wikipedia (inglês e espanhol). Tabela organizada pelo autor.
* 2 ministros não tem formação superior e de 21 ministros não se obteve informações. Vários ministros informaram mais de um curso de nível superior gerando um total superior a 174.

Submetido em 2011-12-07

Aceito em 2012-01-10